



DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

e Notas Explicativas

2023



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

CÉLIO HORST WALDRAFF
Desembargador Presidente do TRT da 9ª Região

MARCO ANTÔNIO VIANNA MANSUR
Desembargador Vice-Presidente

BENEDITO XAVIER DA SILVA
Desembargador Corregedor Regional

SANDRO ALENCAR FURTADO
Diretor-Geral

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

GISELE MARA SCHIER
Coordenadora de Contabilidade e Orçamento



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Sumário

Apresentação	4
Declaração do Contador	5
Demonstrações Contábeis	7
Balanço Patrimonial	7
Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
Balanço Orçamentário	10
Balanço Financeiro	11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
Notas Explicativas	13
Informações Gerais	13
Resumo das Políticas Contábeis.....	14
Outras Informações Relevantes.....	16
Informações de Suporte e Detalhamento de Itens.....	17
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17
Nota 2 – Estoques	18
Nota 3 – VPDs Pagas Antecipadamente.....	19
Nota 4 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	19
Nota 5 – Imobilizado	20
Nota 6 – Intangíveis	21
Nota 7 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo	22
Nota 8 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	22
Nota 9 – Provisões a Curto Prazo.....	23
Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo	23
Nota 11 – Ajustes de Exercícios Anteriores	23
Nota 12 – Taxas.....	24
Nota 13 – Exploração e Venda de Bens, Direitos e Serviços	24
Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas.....	25
Nota 15 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	25
Nota 16 – Pessoal e Encargos.....	25
Nota 17 – Benefícios Previdenciários Assistenciais.....	26
Nota 18 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	26
Nota 19 – Transferências e Delegações Concedidas.....	26
Nota 20 – Desvalorização e Perda de Ativos e Desincorporação de Passivos	27
Nota 21 – Tributárias	27
Nota 22 – Resultado Patrimonial do Período.....	27
Nota 23 – Receitas Orçamentárias.....	28
Nota 24 – Despesas Orçamentárias	28
Nota 25 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar.....	30
Nota 26 – Geração Líquida de Caixa	33



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Apresentação

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região é órgão integrante do Poder Judiciário Federal, criado pela Lei 6.241 de 22 de setembro de 1975. As competências institucionais da unidade jurisdicionada estão definidas nos termos do artigo 114 da Constituição Federal, envolvendo o processamento e o julgamento das ações oriundas das relações de trabalho.

O Plano Estratégico Institucional 2021-2026 estabelece:

MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VISÃO

Ser reconhecido perante a sociedade como instrumento moderno e efetivo de justiça célere, pacificadora, independente e comprometida com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho.

VALORES

Acessibilidade, agilidade, comprometimento, efetividade, eficiência, ética, imparcialidade, impessoalidade, inovação, respeito à diversidade, segurança jurídica, sustentabilidade, transformação digital, transparência, valorização das pessoas.

O TRT 9ª Região possui uma estrutura organizacional com 97 varas do trabalho, 31 gabinetes de desembargador e 7 turmas, e é composto pela Direção do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Regional, eleitos pelo Tribunal Pleno para um mandato bienal. O Órgão Especial possui a composição de 21 desembargadores, sendo pelo menos três oriundos da advocacia e do Ministério Público do Trabalho, provendo-se onze vagas por antiguidade e as outras dez por eleição pelo Tribunal Pleno.

O mandato coincide com o dos integrantes da Administração do TRT. A Seção Especializada é composta por 13 desembargadores. Nos julgamentos de dissídios coletivos, participam ainda o presidente e o vice-presidente do Tribunal. Há sete Turmas de desembargadores do trabalho, cada uma constituída por quatro desembargadores e julgando sempre com o mínimo de três de seus integrantes.

Para a prestação do apoio técnico e para a execução dos serviços administrativos, o TRT 9ª Região conta com três Secretarias-Gerais, sendo elas: Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria-Geral Judiciária e Secretaria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações, bem como Secretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada e a Direção-Geral. O Tribunal dispõe de quadro próprio de pessoal, organizado em plano de carreiras, cujos princípios, diretrizes, denominações, estruturação, formas de provimento e demais atribuições são fixados em lei específica.

O TRT 9ª Região, tem sede em Curitiba, capital do Paraná, com jurisdição em todo o território do Estado do Paraná. Possui registro no Cadastro de Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.141.166/0001-16 e domicílio na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro - Curitiba-Pr, CEP: 80430-180.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Declaração do Contador

A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região é a unidade técnica que tem por competência coordenar, acompanhar, orientar, planejar e supervisionar os serviços concernentes à execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial, e auxiliar na elaboração do relatório de gestão e do processo de contas, conforme estipulado no Regulamento Geral deste Regional.

Internamente, na Secretaria, todo esse processo é coordenado e acompanhado pela Coordenadoria de Contabilidade e Orçamento (Ccont).

O escopo desta declaração leva em consideração as demonstrações contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com jurisdição no Estado do Paraná, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada mensalmente pela Ccont, de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia a situação patrimonial do TRT 9ª, representada pelos grupos do ativo e passivo;
- Balanço Orçamentário – apresenta as informações do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do tribunal no período, ou seja, as entradas de recursos financeiros em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis, acompanhadas das notas explicativas, foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços

A cada ano busca-se o aperfeiçoamento nas rotinas contábeis de modo a garantir que os relatórios contábeis apresentem avanços na qualidade da informação.

Neste sentido, destacamos as seguintes:

- aperfeiçoamento no processo de contabilização dos ativos e passivos circulantes;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

- identificação dos ativos intangíveis que não estão em uso para posterior baixa contábil; e
- aprimoramento nas informações relacionadas nas notas explicativas com evidenciação das principais alterações patrimoniais;

Ressalvas

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho do Tribunal, na busca pela melhoria na qualidade das nossas informações contábeis, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

- Compatibilização dos saldos a receber de pessoal apurados em processo administrativo com a contabilização no Siafi, por meio de aprimoramento dos controles internos para a evidenciação do montante na conta de créditos a receber de pessoal;
- O grande volume de itens, a redução no quadro de servidores e a complexidade na sua realização, ainda não permitiu que todos os bens tangíveis e intangíveis tivessem a sua evidenciação nas demonstrações contábeis pelo valor justo. A falta de um sistema de gestão patrimonial dos itens intangíveis ainda não permite a identificação de bens intangíveis com e sem data definida de utilização. Dessa forma, as classes de itens tangíveis e intangíveis do ativo imobilizado não foram reavaliadas no exercício de 2023, nem ocorreu a aplicação do teste de recuperabilidade dos bens imobilizados a fim de identificar bens que tiveram sua perda de valor ao longo do tempo, acima dos registrados na depreciação e amortização.
- A não existência de um sistema integrado de controle dos bens imóveis não permite aferir de forma tempestiva a fidedignidade dos saldos das contas de imóveis e os valores reavaliados registrados no Siafi com o registrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Declaração

Portanto, considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis, extraídas do Siafi: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2023, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

Curitiba-PR, 21 de março de 2024

Vilmar José Siqueira
CRC PR-026.180/O-7
Contador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, orçamentária, financeira e do desempenho da entidade. A finalidade das demonstrações contábeis, especificamente no setor público, é proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Tais demonstrações obedecem às NBCs TSP no que diz respeito ao regime de competência. A base de mensuração adotada é o custo histórico ajustado com a reavaliação de ativos.

Esses dados têm sido elaborados sob o pressuposto da continuidade e as políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente ao longo do período.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como das respectivas Notas Explicativas.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

As contas do ativo representam os recursos controlados no presente pela entidade como resultado de evento passado. Os recursos devem possuir a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e potenciais de serviços. As contas do passivo compreendem as obrigações presentes, derivada de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. Já o patrimônio líquido evidencia a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido.

A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo. No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal orientado pelas NICSP - Normas Internacionais Contábeis adotadas pelo Setor Público;
- Quadros com informações exigidas pela Lei 4.320/64:
 1. Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
 2. Contas de Compensação e
 3. Superávit/Déficit Financeiro



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
 Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
 Curitiba-PR / CEP – 80420-010

ATIVO	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		83.232.671,43	47.817.816,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	71.249.203,36	38.420.350,70
Créditos a Curto Prazo		7.782.507,66	7.790.543,69
Demais Créditos e Valores		7.782.507,66	7.790.543,69
Estoques	2	853.927,47	407.937,38
VPDs Pagas Antecipadamente	3	3.347.032,94	1.198.984,27
ATIVO NÃO CIRCULANTE		433.624.937,55	427.091.758,68
Ativo Realizável a Longo Prazo		782.417,13	876.314,83
Créditos a Longo Prazo	4	782.417,13	876.314,83
Demais Créditos e Valores		782.417,13	876.314,83
Imobilizado	5	432.163.663,42	421.516.317,00
Bens Móveis		58.481.112,94	48.794.947,11
Bens Móveis		132.084.286,63	119.370.312,97
(-) Depreciação Acumulada		-73.603.173,69	-70.575.365,86
Bens Imóveis		373.682.550,48	372.721.369,89
Bens Imóveis		375.186.256,83	373.676.519,62
(-) Depreciação Acumulada		-1.503.706,35	-955.149,73
Intangível	6	678.857,00	4.699.126,85
Softwares		678.857,00	4.699.126,85
Softwares		20.943.901,65	24.451.135,77
(-) Amortização Acumulada		-20.265.044,65	-19.752.008,92
TOTAL DO ATIVO		516.857.608,98	474.909.574,72
PASSIVO	NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		145.673.807,31	125.194.548,67
Obrigações Trab.,Prev. e Assist.a Pagar Curto Prazo	7	81.578.986,77	124.705.461,04
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8	233.591,22	83.860,80
Provisões a Curto Prazo	9	35.743.018,05	
Demais Obrigações a Curto Prazo	10	28.118.211,27	405.226,83
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		145.673.807,31	125.194.548,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2023	2022
Resultados Acumulados		371.183.801,67	349.715.026,05
Resultado do Exercício	22	22.655.016,35	-55.205.710,05
Resultados de Exercícios Anteriores		349.715.026,05	405.618.268,19
Ajustes de Exercícios Anteriores	11	-1.186.240,73	-697.532,09
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		371.183.801,67	349.715.026,05
TOTAL DO PASSIVO + PL		516.857.608,98	474.909.574,72

Fonte: Siafi Web

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PERMANENTES					
ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	71.249.203,36	38.420.350,70	PASSIVO FINANCEIRO	39.182.512,31	12.466.632,23
ATIVO PERMANENTE	445.608.405,62	436.489.224,02	PASSIVO PERMANENTE	117.062.690,27	124.476.172,67
SALDO PATRIMONIAL				360.612.406,40	337.986.769,82

Fonte: Siafi Web



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	77.071,84	52.208,26	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	29.773.744,48	18.222.849,29
Atos Potenciais Ativos	77.071,84	52.208,26	Atos Potenciais Passivos	29.773.744,48	18.222.849,29
Direitos Contratuais	77.071,84	52.208,26	Obrigações Contratuais	29.773.744,48	18.222.849,29
TOTAL	77.071,84	52.208,26	TOTAL	29.773.744,48	18.222.849,29

Fonte: Siafi Web

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	6.911.715,96
Recursos Vinculados	25.154.975,09
Outros Recursos Vinculados a Fundo, Órgão e Programas	25.154.975,09
TOTAL	32.066.691,05

Fonte: Siafi Web

Demonstrações das Variações Patrimoniais

O principal objetivo do demonstrativo contábil de variações patrimoniais (DVP) é evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Portanto, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia todos os itens de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) reconhecidos no período contábil, bem como o resultado patrimonial do exercício. Receitas e despesas por competência são reconhecidas no período que ocorre o respectivo fato gerador (não necessariamente quando houver entrada ou saída de caixa, ou ainda, autorização orçamentária).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.395.208.873,29	1.279.595.857,58
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		67.858.898,43	59.033.368,82
Taxas	12	67.858.898,43	59.033.368,82
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	13	20.380.583,48	15.249.091,74
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		57.283,00	82.834,89
Transferências e Delegações Recebidas	14	1.302.395.471,35	1.198.266.379,72
Transferências Intragovernamentais		1.302.392.846,10	1.198.257.253,44
Transferências Intergovernamentais		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.625,25	9.126,28
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15	2.397.860,72	4.731.633,62
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		937.402,69	729.364,84
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.460.458,03	4.002.268,78
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.118.776,31	2.232.548,79
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.118.776,31	2.232.548,79



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	1.372.553.856,94	1.334.801.567,63
Pessoal e Encargos	16	855.007.342,66	798.657.720,31
Remuneração a Pessoal		695.224.243,00	640.498.783,41
Encargos Patronais		115.282.352,49	123.910.215,30
Benefícios a Pessoal		44.010.704,28	34.248.721,60
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		490.042,89	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	323.801.118,02	289.622.097,63
Aposentadorias e Reformas		233.363.856,20	214.093.911,87
Pensões		34.126.727,31	33.152.780,65
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		56.310.534,51	42.375.405,11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		69.656.062,95	67.770.640,47
Uso de Material de Consumo		2.234.399,59	1.568.756,93
Serviços		58.051.846,47	55.324.269,51
Depreciação, Amortização e Exaustão		9.369.816,89	10.877.614,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	18	15.426.223,33	83.870.111,22
Juros e Encargos de Mora		7.946.183,45	53.722.644,02
Variações Monetárias e Cambiais		7.480.039,88	30.147.467,20
Transferências e Delegações Concedidas	19	73.160.715,30	86.136.544,85
Transferências Intragovernamentais		72.378.495,80	64.250.818,73
Outras Transferências e Delegações Concedidas		782.219,50	21.885.726,12
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	20	34.131.216,65	7.863.573,83
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ perdas		-	-
Perdas Involuntárias		10.557,56	1.524,79
Incorporação de Passivos		32.199.895,77	6.319.289,63
Desincorporação de Ativos		1.920.763,32	1.542.759,41
Tributárias	21	1.361.136,00	867.277,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		20.684,30	16.787,75
Contribuições		1.340.451,70	850.489,61
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		10.042,03	13.601,96
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		10.042,03	13.601,96
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	22	22.655.016,35	-55.205.710,05

Fonte: Siafi Web

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil, elaborada pelas entidades do setor público ao final de cada exercício financeiro, que evidencia comparativamente os valores orçados com os realizados, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability) atinentes à execução orçamentária.

As receitas e despesas orçamentárias representam os valores conforme disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ou seja, são as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício financeiro, diretamente relacionadas ao orçamento. Como as receitas e despesas por competência levam em consideração as variações patrimoniais, independentes da execução orçamentária, é natural que os valores sejam diferentes caso sejam comparados os dois conceitos.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
 Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
 Curitiba-PR / CEP – 80420-010

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DEFICIT				1.316.096.439,82	1.316.096.439,82
TOTAL	23			1.316.096.439,82	1.316.096.439,82
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			109.449.680,00		-109.449.680,00
Créditos Cancelados			109.449.680,00		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.202.226.137,00	1.297.167.002,00	1.293.218.591,76	1.287.968.810,07	1.259.601.638,26	3.948.410,24
Pessoal e Encargos Sociais		1.037.451.850,00	1.128.857.894,00	1.126.047.565,51	1.123.197.565,51	1.095.623.461,45	2.810.328,49
Outras Despesas Correntes		164.774.287,00	168.309.108,00	167.171.026,25	164.771.244,56	163.978.176,81	1.138.081,75
DESPESAS DE CAPITAL	24	8.763.630,00	23.272.445,00	22.877.848,06	17.391.170,84	17.391.170,84	394.596,94
Investimentos		8.763.630,00	23.272.445,00	22.877.848,06	17.391.170,84	17.391.170,84	394.596,94
TOTAL		1.210.989.767,00	1.320.439.447,00	1.316.096.439,82	1.305.359.980,91	1.276.992.809,10	4.343.007,18

Fonte: Siafi Web

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	8.528.566,90	6.733.843,63	6.733.843,63	1.739.286,91	55.436,36
Pessoal e Encargos Sociais		-	5.122.990,59	4.116.253,53	4.116.253,53	1.006.737,06	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	3.405.576,31	2.617.590,10	2.617.590,10	732.549,85	55.436,36
DESPESAS DE CAPITAL	25	-	3.200.058,99	3.197.969,98	3.197.969,98	2.089,01	-
Investimentos		-	3.200.058,99	3.197.969,98	3.197.969,98	2.089,01	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	11.728.625,89	9.931.813,61	9.931.813,61	1.741.375,92	55.436,36

Fonte: Siafi Web

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES		3.435,96	631.852,17	631.792,21	110,00	3.385,92	
Pessoal e Encargos Sociais		-	34.482,53	34.482,53	-	-	
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes		3.435,96	597.369,64	597.309,68	110,00	3.385,92	
DESPESAS DE CAPITAL	25	78.630,18	1.444,49	1.444,49	68.924,88	9.705,30	
Investimentos		78.630,18	1.444,49	1.444,49	68.924,88	9.705,30	
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	
TOTAL		82.066,14	633.296,66	633.236,70	69.034,88	13.091,22	

Fonte: Siafi Web

Balanco Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício.

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS	NE	2023	2022
Transferências Financeiras Recebidas		1.302.392.846,10	1.198.257.253,44
Resultantes da Execução Orçamentária		1.299.756.998,94	1.195.205.743,98
Sub-repasse Recebido		1.299.756.998,94	1.195.205.743,98
Independentes da Execução Orçamentária		2.635.847,16	3.051.509,46



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
 Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
 Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Transferências Recebidas para Pagamento de RP		-	-
Demais Transferências Recebidas		1.311.413,62	1.181.691,16
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.324.433,54	1.869.818,30
Recebimentos Extraorçamentários		129.548.313,54	88.943.863,61
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		28.367.171,81	631.814,07
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		10.736.458,91	11.728.625,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		72.321,05	106.524,39
Outros Recebimentos Extraorçamentários		90.372.361,77	76.476.899,26
Ordens Bancárias não Sacadas – CPGF		7.710,47	728,93
Arrecadação de Outra Unidade		90.355.181,38	76.476.170,33
Demais Recebimentos		9.469,92	-
Saldo do Exercício Anterior		38.420.350,70	30.919.851,08
Caixa e Equivalentes de Caixa		38.420.350,70	30.919.851,08
TOTAL DOS INGRESSOS		1.470.361.510,34	1.318.120.968,13
DISPÊNDIOS	NE	2023	2022
Despesas Orçamentárias		1.316.096.439,82	1.208.900.168,87
Ordinárias		1.036.294.618,02	948.875.039,75
Vinculadas		279.801.821,80	260.025.128,92
Seguridade Social		10.815.466,00	146.591,00
Previdência Social (RPPS)		241.684.534,00	242.353.128,92
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		27.301.821,80	-
Outros Recursos Vinculados		-	17.525.128,92
Transferências Financeiras Concedidas		72.378.495,80	64.250.818,73
Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasse Devolvido		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		72.378.495,80	64.250.818,73
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-	121.062,03
Demais Transferências Concedidas		17.600,81	3.589,54
Movimento de Saldos Patrimoniais		72.360.894,99	64.126.167,16
Pagamentos Extraorçamentários		10.637.371,36	6.549.630,03
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		633.236,70	40.459,22
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		9.931.813,61	6.402.646,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		72.321,05	106.524,39
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Ordens Bancárias Sacadas - CPGF		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte		71.249.203,36	38.420.350,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	26	71.249.203,36	38.420.350,70
TOTAL DOS DISPÊNDIOS		1.470.361.510,34	1.318.120.968,13

Fonte: Siafi Web

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Permite a identificação das fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, bem como a destinação de seu consumo. As informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
	NE	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		53.419.437,97	19.248.672,20
INGRESSOS		1.392.829.818,45	1.274.839.948,16
Outros Ingressos Operacionais		1.392.829.818,45	1.274.839.948,16



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Ingressos Extraorçamentários		72.321,05	106.524,39
Transferências Financeiras Recebidas		1.302.392.846,10	1.198.257.253,44
Arrecadação de Outra Unidade		90.355.181,38	76.476.170,33
Demais Recebimentos		9.469,92	
DESEMBOLSOS		-1.339.410.380,48	-1.255.591.275,96
Pessoal e Demais Despesas		-1.157.692.237,80	-1.071.114.967,80
Judiciário		-848.196.920,23	-799.082.343,42
Previdência Social		-275.515.309,39	-266.183.299,03
Encargos Especiais		-33.987.718,65	-5.850.054,28
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - CPGF		7.710,47	728,93
Transferências Concedidas		-109.267.325,83	-120.118.965,04
Intragovernamentais		-109.267.325,83	-120.118.965,04
Outros Desembolsos das Operações		-72.450.816,85	-64.357.343,12
Dispêndios Extraorçamentários		-72.321,05	-106.524,39
Transferências Financeiras Concedidas		-72.378.495,80	-64.250.818,73
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NE	-20.590.585,31	-11.748.172,58
DESEMBOLSOS		-20.590.585,31	-11.748.172,58
Aquisição de Ativo Não Circulante		-20.436.419,26	-10.984.833,61
Outros Desembolsos de Investimentos		-154.166,05	-763.338,97
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		32.828.852,66	7.500.499,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	26	38.420.350,70	30.919.851,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		71.249.203,36	38.420.350,70

Fonte: Siafi Web

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido visa demonstrar a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido no período e complementa o Balanço Patrimonial, pelo fato de proporcionar conhecimento detalhado da composição e formação das contas do Patrimônio Líquido.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Especificação	NE	VALOR	VALOR DO AJUSTE	VALOR TOTAL
Saldo Inicial do Exercício de 2021		349.715.026,05	-	349.715.026,05
Ajustes de Exercícios Anteriores	11	-1.186.240,73	-	-1.186.240,73
Resultado do Exercício	22	22.655.016,35	-	22.655.016,35
Saldo Final do Exercício de 2022		371.183.801,67	-	371.183.801,67

Fonte: Siafi Web

Notas Explicativas

Informações Gerais

Para a elaboração das Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, órgão do Poder Judiciário Federal sediado em Curitiba e com jurisdição no Estado do Paraná, que tem por missão a realização da justiça no âmbito das relações de trabalho, foram extraídas informações do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e obedecidas as regras estabelecidas na Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, tem como objetivo a convergência das práticas contábeis nacionais às Normas Internacionais de Contabilidade



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Aplicadas ao Setor Público, emitidas pela *International Federation of Accountants*. A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, estabelece a aplicabilidade e operacionabilidade dessas normas.

A intenção desse novo modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o resgate da Contabilidade enquanto ciência direcionada à gestão do patrimônio de entidades. As demonstrações e suas análises disponibilizam aos usuários informações gerenciais, de ordem orçamentária, econômica e financeira, que servem como base para tomadas de decisão à adequada prestação de contas.

Resumo das Políticas Contábeis

Caixa e equivalentes de caixa

Representam os recursos disponíveis registrados pelo valor nominal em 31/12/2023. Trata-se de recursos liberados pelo Tesouro Nacional, registrados na conta de limite de saque da conta única da União, gerido pelo órgão central de programação financeira, a fim de atender despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

Demais créditos e valores a curto prazo

Compreendem os valores a receber realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis e está constituído de adiantamentos concedidos e créditos a receber por cessão de áreas públicas. Os registros foram realizados com base no valor nominal.

Estoques

A entrada de materiais de consumo é registrada pelo custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transporte, taxas e impostos. Na saída, esses materiais são registrados pelo custo médio ponderado.

Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

Compreendem as despesas com a aquisição de jornais, revistas, periódicos e a contratação de seguros e serviços pagos antecipadamente, de acordo com a competência e oportunidade. Os registros foram efetuados por seus valores nominais e referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão durante o exercício seguinte.

Ativo realizável a longo prazo

Registram os direitos a receber de longo prazo, pelos seus valores nominais, acrescidos de correção monetária quando aplicáveis, sendo eles: créditos a receber decorrentes de folha de pagamento (valores indevidos pagos a título de remunerações indevidas e GECJ - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição), depósito judicial relativos à ação ordinária em que configuram como partes a União e servidor inativo deste órgão trabalhista e adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário, a ser baixado após a ocorrência do ponto de equilíbrio entre suas receitas e despesas administrativas.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Imobilizado

A política contábil para mensuração dos bens móveis e imóveis é o custo de aquisição ou de construção, deduzidas a depreciação acumulada, a redução ao valor recuperável e a reavaliação e acrescidos os gastos posteriores com a geração de benefícios econômicos futuros e aumento do potencial de serviços, bem como a reavaliação dos bens.

Em 2023, o critério de classificação de bens móveis adotado por este órgão trabalhista foi o definido no art. 2º do Ato TRT 9ª de nº 241/2019, que estabeleceu que os bens permanentes de custo igual ou inferior a 2% do limite fixado no inciso II do artigo 24 da lei 8666/93 são classificados como bens de consumo, foi substituído pelo valor constante no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021. Sendo assim, o valor de classificação como material de consumo para valores iguais ou inferiores a R\$ 352,00 praticado anteriormente por este órgão trabalhista foi substituído pelo valor de R\$ 1.000,00.

Depreciação de bens imóveis

Os bens imóveis foram depreciados mensalmente por meio de processo automático de registro pelo SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, gerido pela SPU - Secretaria de Patrimônio da União, sobre o valor depreciável da acessão.

O método adotado foi a Parábola de Kuentzle, expressa pela fórmula $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde Kd é o coeficiente de depreciação, n a vida útil total da acessão e x a vida útil transcorrida da acessão. A vida útil do bem é definida conforme laudo de avaliação, ou na falta dele, por parâmetros definidos pela SPU conforme a natureza e características de cada bem.

Intangíveis

Compreendem os ativos não monetários, identificáveis, sem substância física e com capacidade de geração de benefício econômico futuro ou serviço potencial, sendo eles: aquisição de softwares pelo custo de aquisição, deduzido das despesas com amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização e exaustão de bens móveis

Para fins de apuração da depreciação e amortização dos bens móveis registrados no Imobilizado, bem como nos elementos do Intangível, foi utilizado o método de quotas constantes e as orientações e tabela previstas no Manual Siafi, macrofunção 02.03.30, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Correspondem aos valores exigíveis até 12 meses da data das Demonstrações Contábeis registrados no Passivo Circulante pelos valores correntes. A composição desses valores abrange as férias de magistrados e servidores a pagar e as obrigações decorrentes de passivos administrativos.

Fornecedores a pagar a curto prazo

Compreende o direito de recebimento por parte dos credores, dos materiais entregues e serviços prestados a esta unidade prestadora de contas, registrados pelo valor corrente.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Demais Obrigações a curto prazo

Registram os valores recolhidos a maior a título de cessão de uso de espaço físico deste Tribunal para instalação de postos bancários, do que aqueles definidos em contrato e depósitos retidos de fornecedores, seja por inadimplência contratual, ausência de apresentação de documentos exigidos em contrato, entre outros, pelo valor corrente. Englobam ainda as obrigações decorrentes de utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal vincendas no mês subsequente.

Resultados Acumulados

Corresponde ao resultado do exercício somado ao resultado de exercícios anteriores, a fim de compor o Patrimônio Líquido da unidade.

Outras informações relevantes

Compromissos contratuais

Os compromissos contratuais decorrentes da contratação de fornecimento de bens ou prestação de serviços a esta unidade judiciária estão parcialmente registrados em contas contábeis de controle destinadas a este fim. Estão registrados somente os contratos de prestação de serviços terceirizados, sendo eles serviços de segurança, limpeza, copa e outros, pois a liquidação da despesa no Siafi prevê situação contábil que requer a indicação das contas de controles de contratos.

O registro contábil dos demais contratos será realizado após adequação de ferramenta de controle de contratos administrativos que possibilite a integração das informações desse sistema com o Siafi, de forma que haja a racionalização de procedimentos e recursos humanos e proporcionando uma melhor qualidade na informação contábil.

Custos

Tendo em vista as limitações encontradas no processo de implantação de um sistema próprio, o Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho decidiu pela utilização do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC/Gov), disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As informações são estruturadas com base no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), adotado em toda a Administração Pública.

Para aperfeiçoamento da informação e ampliação da sua utilidade pelos gestores, identificou-se a necessidade de agregar outras variáveis que possibilitem a análise de economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos (como o custo por processo julgado), respeitando as particularidades e especificidades da Justiça do Trabalho. Esse aperfeiçoamento, comum na temática de custos e prevista em manuais e instruções que versam sobre o assunto, está em desenvolvimento e deve ser alcançado com a integração ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO/JT).

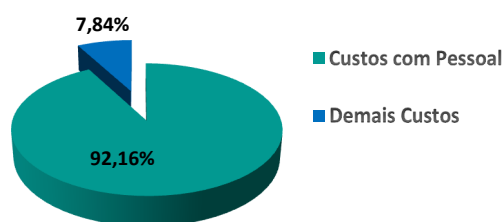
Os esforços e perspectivas futuras concentram-se para que a Justiça do Trabalho disponha de um sistema que ultrapasse a apropriação e gestão de custos, integrado a outros instrumentos de gestão e de controle, com o objetivo de aperfeiçoar a análise e o mapeamento dos processos, atividades, programas e projetos, agregando valor à tomada de decisão dos gestores.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Em 2023, os custos totais desta unidade prestadora de contas apresentaram um acréscimo de 1,90% em relação ao exercício anterior e totalizaram R\$ 973.295.864,14. Desse montante, aproximadamente 92,16% representam os custos com pessoal.

Custos Totais



Em termos nominais, a maior elevação em custos observadas em 2023, em relação ao exercício anterior, foi aquela relativa ao centro de custos de pessoal ativo, na ordem de R\$ 14.149.440,82. Os principais fatores contribuintes foram a implantação das Leis 14.520/2023 e 14.523/2023, que tratam do reajuste a magistrados e servidores do Poder Judiciário, respectivamente, bem como das nomeações de cargos previstas no anexo V da LOA 2023 e autorizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG 16/2023, que destinou a este tribunal regional 68 cargos de analista e 51 de técnicos judiciário.

Analisando os custos por instâncias, observou-se que 5,01% estão alocados como primeiro grau de jurisdição, 1,44% como segundo grau e 93,55% como indefinido. São alocados como "Indefinido" os custos que ainda não puderam ser segregados entre a 1ª e 2ª instâncias devido a desafios operacionais, como, por exemplo, a não implementação de controles administrativos que consigam segregar os custos.

A informação de custos amplia a capacidade gerencial dos administradores públicos, ao subsidiar os processos decisórios e permitir a análise entre os recursos utilizados e os resultados atingidos na prestação de serviço. Nesse sentido, o gerenciamento de custos pode evidenciar as melhores práticas e identificar pontos de melhoria, com vistas ao aumento da qualidade do gasto, considerando os conceitos legais de economicidade, eficiência e eficácia.

Espera-se, como próximos passos, que a Gestão de Custos possa permitir análises sistêmicas e dinâmicas, com dados cada vez mais relevantes, fornecendo, ao gestor, as informações necessárias para atender as necessidades do público-alvo da Justiça do Trabalho com qualidade e transparência.

Informações de suporte e detalhamento de itens

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS	71.249.203,36	38.268.855,39	86,18%	100,00%
Limite de Saque c/ Vinc Pagto – Pagto Instantâneo	-	151.495,31	-100,00%	-
Total	71.249.203,36	38.420.350,70	85,45%	100,00%

Fonte: Siafi



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

A conta Limite de Saque corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto a Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com exceção das fontes de arrecadação próprias.

O expressivo aumento de valores disponíveis na conta Caixa e Equivalentes observado no exercício de 2023, em relação ao exercício anterior, resultou essencialmente da reserva de recursos financeiros necessários ao recolhimento de tributos federais de competência dezembro/2023, em janeiro de 2024. A partir do exercício de 2023, houve obrigatoriedade imposta aos órgãos públicos federais de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas - eSocial decorrentes de contratações de pessoa física e folha de pagamentos, de escrituração fiscal digital de retenções – EFD-Reinf provenientes das contratações de serviços prestados por pessoa jurídica mediante cessão de mão de obra e de declaração de débitos e créditos tributários federais – DCTFWeb, com prazo para entrega até o dia 15 do mês subsequente ao fato gerador e recolhimento dos tributos federais por meio de DARF agregado até o dia 20 do mês subsequente.

A conta Caixa e Equivalente de Caixa está subdividida entre limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Pagamento Instantâneo. O pagamento instantâneo foi instituído no decorrer do exercício de 2022, e trata-se de recursos destinados ao pagamento via PIX, com o objetivo de instituir o crédito instantâneo a beneficiários, evitar o pagamento de tarifas bancárias, garantir celeridade e maior eficiência nos pagamentos, entre outros.

Segue abaixo a origem dos recursos segundo o detalhamento das fontes de arrecadação:

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
1000 – Recursos Primários de Livre Aplicação	42.111.425,28	12.416.508,17	239,16%	59,10%
1001 – Recursos Livres da Seguridade Social	3.000.000,00	-	100,00%	4,21%
1027 – Custas Judiciais	764.822,92	815.246,90	-6,19%	1,07%
1050 – Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.537.480,73	5.371.335,58	3,09%	7,77%
1070 – Recursos Próprios Primários de Aplicação Específica	-	385.229,87	-100,00%	-
1081 – Recursos de Convênios	19.280.484,83	19.280.534,87	0,00%	27,06%
1138 – Melhoria da Prestação Jurisdicional	554.989,60	-	100,00%	0,78%
Total 1.1.1.1.2.20.01	71.249.203,36	38.268.855,39	86,18%	100,00%

Fonte: Siafi

Limite de Saque c/ Vinc. Pagto – Pagto. Instantâneo	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
1000 – Recursos Primários de Livre Aplicação	-	151.495,31	-100%	-
Total 1.1.1.1.2.20.05	-	151.495,31	-100%	-

Fonte: Siafi

Percebe-se que a maior parte dos recursos financeiros pertence à fonte de recursos primários de livre aplicação, na ordem de 42 milhões. Essa fonte de arrecadação provém do repasse mensal de recursos financeiros promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Nota 2 – Estoques

Na conta estoque estão registrados os saldos dos bens de consumo adquiridos com a finalidade de suprir as necessidades operacionais desta UPC, conforme detalhamento a seguir:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Materiais de Consumo	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
07 – Gêneros de alimentação	25.335,00	-	100,00%	2,97%
09 – Material farmacológico	421,80	421,80	0,00%	0,05%
16 – Material de expediente	68.012,45	75.262,00	-9,63%	7,96%
17 – Material de processamento de dados	469.557,69	142.531,42	229,44%	54,99%
19 – Material de acondicionamento e embalagem	3.890,67	133,07	2823,78%	0,46%
21 – Material de copa e cozinha	49.378,40	28.782,66	71,56%	5,78%
22 – Material de limpeza e higienização	126.053,00	80.091,71	57,39%	14,76%
24 – Material para manutenção de bens imóveis	-	0,02	-	-
25 - Material para manutenção de bens móveis	57.761,02	44.401,93	30,09%	6,76%
26 – Material elétrico	499,90	0,02	100,00%	0,06%
28 – Material de proteção e segurança	1.671,76	1.863,72	-10,30%	0,20%
29 – Material para áudio, vídeo e foto	14.420,00	1.868,19	671,87%	1,69%
42 - Ferramentas	-	0,01	-	-
50 – Bandeiras, flâmulas e insígnias	1.420,21	3.977,38	-64,29%	0,17%
99 – Outros materiais de consumo	35.505,57	28.603,45	24,13%	4,16%
Total	853.927,47	407.937,38	109,33%	100,00%

Fonte: Siafi

O aumento dos materiais estocados decorre essencialmente da aquisição de materiais de processamento de dados realizada no final do exercício de 2023, a serem distribuídos no decorrer do exercício de 2024.

Nota 3 – VPDs Pagas Antecipadamente

Nesta conta registram-se as variações patrimoniais diminutivas decorrentes de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão durante o exercício seguinte, conforme discriminado abaixo:

Variação Patrimonial Diminutiva pg antecipada	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Prêmios de Seguros a Apropriar	58.349,65	40.960,94	42,45%	1,74%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	243.159,46	217.816,12	11,64%	7,26%
Demais VPD a Apropriar	3.045.523,83	940.207,21	223,92%	90,99%
Total	3.347.032,94	1.198.984,27	179,16%	100,00%

Fonte: Siafi

O expressivo volume de pagamentos antecipados registrados na conta Demais VPDs a apropriar é resultante de aquisição de solução para roteamento principal e proteção de perímetro de rede lógica Next Generation com atualização de assinaturas pelo prazo de 24 meses, no montante de R\$ 1,59 milhões, contratação de solução de gerenciamento de endpoints, gerenciamento de identidades e serviços de infraestrutura de rede, na ordem de R\$ 1,14 milhões e o saldo restante refere-se à licenças de uso de softwares.

Nota 4 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Compreende os valores a receber com vencimento em longo prazo, abaixo detalhados:

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Crédito por Dano ao Patrimônio – Administrativo	17.337,48	65.133,45	-73,38%	2,22%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	79.798,40	79.798,40	0,00%	10,20%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	685.281,25	731.382,98	-6,30%	87,59%



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Total	782.417,13	876.314,83	-10,72%	100,00%
--------------	-------------------	-------------------	----------------	----------------

Fonte: Siafi

O maior volume de recursos a receber, registrados como Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo, é composto pelo adiantamento a contribuições futuras para a Funpresp-Jud - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário. Em 2015 o TST definiu que a devolução deste adiantamento ocorreria a medida em que fosse alcançado o ponto de equilíbrio pela Funpresp-Jud, ou seja, quando o montante das receitas administrativas superasse o montante das despesas administrativas no mesmo ano calendário.

No decorrer do exercício de 2023 houve o registro mensal da correção de saldo do aporte inicial com base no IPCA. Apesar disso, houve diminuição dos valores a receber observada em 2023, em relação a 2022, em virtude da devolução de mais uma parcela do aporte inicial em montante superior à correção anual.

Já na conta Crédito por Dano ao Patrimônio – Crédito Administrativo, estão registrados os créditos de pessoal decorrentes de pagamentos indevidos a magistrados e servidores, passíveis de devolução por parte do beneficiário após o reconhecimento desses valores pela Administração deste Tribunal, sendo eles Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição e remuneração indevida. A variação negativa observada em 2023, em relação a 2022, decorre de restituição de valores aos cofres públicos da União.

Por fim, na conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados constam os depósitos judiciais relativos à Ação Ordinária 2008.70.00.011633-7/PR ajuizada pelo servidor inativo Benedito Fernandes de Castro, ainda em trâmite no Juízo Federal da 2ª VF de Curitiba.

Nota 5 – Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis e reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2023, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região apresentou o seguinte saldo:

IMOBILIZADO	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Bens Móveis	58.481.112,94	48.794.947,11	19,85%	13,53%
(+) Valor Contábil Bruto	132.084.286,63	119.370.312,97	10,65%	30,56%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-73.603.173,69	-70.575.365,86	4,29%	-17,03%
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-		
Bens Imóveis	373.682.550,48	372.721.369,89	0,26%	86,47%
(+) Valor Contábil Bruto	375.186.256,83	373.676.519,62	0,40%	86,82%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-1.503.706,35	-955.149,73	57,43%	-0,35%
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-		
Total 1.2.3.0.0.00.00	432.163.663,42	421.516.317,00	2,53%	100,00%

Fonte: Siafi



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Bens Móveis

Os bens móveis são ativos tangíveis (corpóreos e com existência material), que podem ser transportados ou removidos sem alteração de sua substância, e são mantidos com a finalidade de fornecimento de serviços públicos. Nesta UPC, eles estão assim distribuídos:

BENS MÓVEIS	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	8.770.292,69	8.508.431,98	3,08%	15,00%
Bens de Informática	83.137.763,75	77.430.465,54	7,37%	142,16%
Móveis e Utensílios	26.817.506,73	24.331.439,00	10,22%	45,86%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	4.146.171,02	4.045.641,51	2,48%	7,09%
Veículos	5.034.508,64	3.989.718,64	26,19%	8,61%
Bens Móveis em Almoxarifado	3.601.554,71	234.718,76	1434,41%	6,16%
Demais Bens Móveis	576.489,09	829.897,54	-30,53%	0,99%
(-) Depreciação Acumulada	-73.603.173,69	-70.575.365,86	4,29%	-125,86%
Total	58.481.112,94	48.794.947,11	19,85%	100,00%

Fonte: Siafi

Os bens móveis de maior representatividade são os de tecnologia da informação e comunicação, e a variação positiva observada em relação ao exercício anterior decorre de novas aquisições de material permanente de TIC, sendo eles aquisição de 2.600 monitores, 190 microcomputadores desktop, 171 notebooks, nobreaks trifásicos, impressoras a laser e softwares e licenças de uso

Bens Imóveis

Os bens imóveis são ativos tangíveis (corpóreos e com existência material), vinculados ao solo e que não podem ser transportados ou removidos sem alteração de sua substância ou dano à sua estrutura. Percebe-se inexpressiva variação observada no exercício de 2022, em relação a 2022, conforme detalhamento abaixo:

BENS IMÓVEIS	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Bens de Uso Especial registrados no Spiunet	347.083.532,21	347.083.532,21	0,00%	92,88%
Bens de Uso Especial não registrados no Spiunet	27.793.580,78	26.360.838,24	5,44%	7,44%
Bens Imóveis em Andamento	309.143,84	232.149,17	33,17%	0,08%
(-) Depreciação Acumulada	-1.503.706,35	-955.149,73	57,43%	-0,40%
Total	373.682.550,48	372.721.369,89	0,26%	100,00%

Fonte: Siafi

Nota 6 – Intangíveis

Ativos intangíveis são aqueles que não possuem existência física, mas são identificáveis, passíveis de controle e geradores de benefícios econômicos futuros. Nesta conta estão registradas as licenças de uso de softwares adquiridos por este tribunal, conforme saldo abaixo:

Softwares	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Softwares	20.943.901,65	24.451.135,77	-14,34%	3085,17%
(-) Amortização Acumulada	-20.265.044,65	-19.752.008,92	2,60%	-2985,17%
Total	678.857,00	4.699.126,85	-85,55%	100,00%

Fonte: Siafi



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

A expressiva variação observada em 2023, em relação ao exercício anterior, resulta de esforços empreendidos por esta UPC a fim de providenciar a baixa de bens intangíveis classificados como ociosos, após análise detalhada de todos os softwares constantes no patrimônio deste órgão trabalhista.

Nota 7 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

Nesta conta estão registradas as obrigações de curto prazo relativas à provisão de férias de magistrados e servidores e as obrigações trabalhistas decorrentes de passivos administrativos e seus respectivos encargos sociais, conforme demonstrado abaixo:

Obrigações Trab., Prev. e Assist. Curto Prazo	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Férias a Pagar	80.734.409,88	78.059.128,01	3,43%	98,96%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	8.496,02	46.012.199,38	-99,98%	0,01%
Encargos Sociais a Pagar	836.080,87	634.133,65	31,85%	1,02%
Total 2.1.1.1.0.00.00	81.578.986,77	124.705.461,04	-34,58%	100,00%

Fonte: Siafi

A maior variação percebida em 2023, em relação a 2022, foi a registrada na conta Obrigações Trabalhistas a Pagar e resulta dos seguintes fatores: transferência de valores, antes registrados na conta de Obrigações Trabalhistas a Pagar, para a conta Provisões, conforme orientações contidas no Ato CSJT.GP.SEOFI 51/2023 e Ofício Circular CSJT.SG.SEOFI 253/2023, baixa por pagamento de passivos administrativos autorizado por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI 67/2023 e baixa de passivos decorrentes dos reflexos de abono de férias e gratificação natalina incidentes sobre a VPI – Vantagem Pecuniária Individual, bem como Adicional de Qualificação, por se tratarem de valores individuais de pequena monta calculados em favor de servidores falecidos ou desligados deste tribunal, com ausência de habilitação de herdeiros ou conta bancária apta a receber depósitos.

Nota 8 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Nesta conta estão registradas as obrigações de curto prazo relativas à prestação de serviços e aquisições de bens dos fornecedores abaixo elencados:

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
LL Zardo & Cia Ltda	-	1.425,00	-100,00%	-
RAC Engenharia S/A	9.705,30	9.705,30	-	4,15%
Bittencourt Clínicas Integradas Ltda	2.010,89	2.010,89	-	0,86%
GMS Serviços Terceirizados Ltda	1.375,03	1.375,03	-	0,59%
CSP Consultoria & Sistemas Ltda	-	369,66	-100,00%	-
Fundação Getúlio Vargas	220.500,00	-	100,00%	94,40%
City Service Serviços Terceirizados Eireli	-	50,04	-100,00%	-
PRP Empreendimentos e Construção Civil Ltda	-	68.924,88	-100,00%	-
Total	233.591,22	83.860,80	178,55%	100,00%

Fonte: Siafi

O fornecedor com maior variação e expressividade foi a Fundação Getúlio Vargas, resultante da contratação de 300 licenças para formação de cursos de atualização de 30 horas. A nota fiscal foi registrada no dia 28/12/2023, não havendo tempo hábil para seu pagamento, ocorrido em janeiro de 2024, em decorrência do encerramento do exercício de 2023.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Nota 9 – Provisões a Curto Prazo

Nesta conta estão registrados os passivos administrativos devidos a beneficiários inaptos, por se tratar de obrigações presentes derivadas de eventos passados cujos pagamentos resultem em saída de recursos com prazo ou valor incerto.

Provisões a Curto Prazo	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Provisão para Indenizações Trabalhistas	35.743.018,05	-	100,00%	100,00%
Total	35.743.018,05	-	100,00%	100,00%

Fonte: Siafi

A variação observada em 2023 decorre da migração desses passivos, antes registrados na conta de Obrigações Trabalhistas a Pagar, para a conta Provisões, conforme orientações contidas no Ato CSJT.GP.SEOFI 51/2023 e Ofício Circular CSJT.SG.SEOFI 253/2023.

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Demais Obrigações a Curto Prazo	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Adiantamento de Clientes	839,85	12.591,89	-93,33%	0,00%
Valores Restituíveis	28.107.017,41	389.991,40	7107,09%	99,96%
Outras Obrigações a Curto Prazo	10.354,01	2.643,54	291,67%	0,04%
Total	28.118.211,27	405.226,83	6838,88%	100,00%

Fonte: Siafi

A significativa majoração registrada em 2023 em Valores Restituíveis, em relação ao exercício anterior, justifica-se pela mudança nos critérios de recolhimento de tributos federais. A partir do exercício de 2023, houve obrigatoriedade imposta aos órgãos públicos federais de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas - eSocial decorrentes de contratações de pessoa física e folha de pagamentos, de escrituração fiscal digital de retenções – EFD-Reinf provenientes das contratações de serviços prestados por pessoa jurídica mediante cessão de mão de obra e de declaração de débitos e créditos tributários federais – DCTFWeb, com prazo para entrega até o dia 15 do mês subsequente ao fato gerador e recolhimento dos tributos federais por meio de DARF agregado até o dia 20 do mês subsequente.

Nota 11 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Compreendem os lançamentos decorrentes de erros ou omissões de registros relativos a períodos anteriores já encerrados, bem como de mudança de critérios contábeis, conforme detalhamento abaixo:

Observações	Dez/2023
Ajustes relativos ao reconhecimento de compromissos de exercícios anteriores	+4.820.705,50
Ajuste de amortização do intangível pela redução do valor residual de 20% para zero	-3.634.464,77
Total	-1.186.240,73

Fonte: Siafi

Conforme entendimento firmado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Nota Técnica SEOFI/CSJT 1/2019 e Mensagem SEOFI/CSJT 20/2021, a incorporação ou desincorporação de passivos administrativos da Justiça do Trabalho deve ser lançada em contrapartida à conta de ajustes do Patrimônio Líquido, e não contra VPD – Variação Patrimonial Diminutiva. Entende-se que a utilização de VPD aplica-se somente aos casos em que houver restos a pagar



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

com prescrição interrompida. Portanto, os compromissos decorrentes de fato gerador ocorrido em anos anteriores, devem ser lançados em contrapartida ao PL.

Com relação à amortização do intangível, foi necessário o ajuste do valor residual de 20% como anteriormente aplicado, para zero, conforme orientações contidas no item 12.8.4 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição.

Nota 12 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Taxas	67.858.898,43	59.033.368,82	14,95%	100,00%
Total	67.858.898,43	59.033.368,82	14,95%	100,00%

Fonte: Siafi

Trata-se de arrecadação de receitas provenientes de custas judiciais e emolumentos praticados nos processos judiciais trabalhistas. A arrecadação se dá por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União e é destinada aos cofres públicos da União, sendo tal receita gerida pela Secretaria do Tesouro Nacional. Conforme artigo 789 da CLT, na Justiça do Trabalho as custas são calculadas no valor de 2% sobre o valor da causa ou condenação.

Em 2022 foram solucionados e julgados 157.951 processos trabalhistas, enquanto em 2023 o quantitativo foi de 166.393. Por esse motivo, as receitas decorrentes de custas judiciais arrecadadas no exercício de 2023 apresentaram acréscimo de 14,95% em relação ao exercício anterior.

Nota 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Exploração de bens e direitos e prestação de serviços	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Valor bruto exploração bens, direitos e serviços	20.380.583,48	15.249.091,74	33,65%	100,00%
Total	20.380.583,48	15.249.091,74	33,65%	100,00%

Fonte: Siafi

O expressivo aumento na receita decorrente da exploração e venda de bens, serviços e direitos observado no exercício de 2023, em relação a 2022, deve-se essencialmente às receitas de cessão de direitos operacionais, conforme demonstrado abaixo:

Receita de Serviços e Patrimonial	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
28962-0 – Receita de cessão de direitos operacionais	19.798.054,00	11.102.436,00	78,32%	97,14%
28883-7 – Taxa de inscrição em concurso público	-	3.632.330,00	-100,00%	
28804-7 – Taxa de uso de imóveis	582.529,48	514.325,74	13,26%	2,86%
Total 433110100	20.380.583,48	15.249.091,74	33,65%	100,00%

Fonte: Siafi

A receita decorrente de cessão de direitos operacionais tem origem nos contratos de prestação de serviços bancários firmados entre o CSJT e Banco do Brasil e CSJT e Caixa Econômica Federal, e tem objeto a captação e manutenção dos saldos de depósitos judiciais trabalhistas, precatórios e requisições de pequeno valor em contrapartida ao repasse ao CSJT de percentual aplicado sobre os saldos médios do mês imediatamente anterior.

O expressivo aumento das receitas de cessão de direitos operacionais registrado no exercício de 2023, em relação a 2022, resulta do acréscimo de valores disponibilizados pelo CSJT no momento de elaboração da proposta orçamentária desta UPC, que serve como base para a lei orçamentária anual, para a fonte de arrecadação própria decorrente de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

convênios. No decorrer de cada exercício, o CSJT envia por meio de GRU os recursos financeiros, e neste momento tais receitas são computadas nesta unidade orçamentária.

Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas

Transferências e Delegações Recebidas	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Transferências Intragovernamentais	1.302.392.846,10	1.198.257.253,44	8,69%	100,00%
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.625,25	9.126,28	-71,23%	0,00%
Total	1.302.395.471,35	1.198.266.379,72	8,69%	100,00%

Fonte: Siafi

Por não se tratar de um órgão gerador de receitas, as despesas autorizadas na lei orçamentária anual são custeadas principalmente por meio de sub-repasse de recursos financeiros, que consiste na liberação dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para as unidades gestoras de uma entidade.

A variação positiva observada em 2023, em relação ao exercício anterior, resulta da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ao valor do limite de pagamentos de despesas primárias referente ao exercício imediatamente anterior, bem como da suplementação de recursos orçamentários relativos aos períodos de créditos adicionais.

Nota 15 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Ganhos com Incorporação de Ativos	937.402,69	729.364,84	28,52%	39,09%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.460.458,03	4.002.268,78	-63,51%	60,91%
Total	2.397.860,72	4.731.633,62	-49,32%	100,00%

Fonte: Siafi

A variação negativa na conta ganhos com desincorporação de passivos observada no exercício de 2023, em relação ao anterior, justifica-se pelo fato de o volume de baixas por pagamentos de passivos administrativos realizado em 2022 mostrar-se maior do que no exercício de 2023.

Nota 16 – Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Remuneração a Pessoal	695.224.243,00	640.498.783,41	8,54%	81,31%
Encargos Patronais	115.282.352,49	123.910.215,30	-6,96%	13,48%
Benefícios a Pessoal	44.010.704,28	34.248.721,60	28,50%	5,15%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	490.042,89	-	100,00%	0,06%
Total	855.007.342,66	798.657.720,31	7,06%	100,00%

Fonte: Siafi

A variação positiva observada em 2023, em relação ao exercício anterior, resulta da majoração das despesas com pessoal decorrente da implantação das Leis 14.520/2023 e 14.523/2023, que tratam do reajuste a magistrados e servidores do Poder Judiciário, respectivamente, parcelado em 3 anos a partir de 2023, bem como das nomeações de cargos previstas no anexo V da LOA 2023 e autorizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG 16/2023, que destinou a este tribunal regional 68 cargos de analista e 51 de técnicos judiciários.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Com respeito às despesas com benefícios a pessoal, o aumento observado resultou do provimento de cargos relativos a novas nomeações e da majoração do Auxílio Alimentação e Assistência Pré-Escolar prevista no Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI 32/2023.

Nota 17 – Benefícios previdenciários assistenciais

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Aposentadorias e Reformas	233.363.856,20	214.093.911,87	9,00%	72,07%
Pensões	34.126.727,31	33.152.780,65	2,94%	10,54%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	56.310.534,51	42.375.405,11	32,88%	17,39%
Total	323.801.118,02	289.622.097,63	11,80%	100,00%

Fonte: Siafi

O aumento observado em 2023, a título de Aposentadorias e Pensões, foi consequência do reajuste a magistrados e servidores do Poder Judiciário previsto nas Leis 14.520/2023 e 14.523/2023, respectivamente. Já o aumento observado em Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais provém da majoração de gastos com Assistência Médica e Odontológica, em virtude de novas nomeações ocorridas no exercício de 2023.

Nota 18 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

VPDs Financeiras	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Juros e Encargos de Mora	7.946.183,45	53.722.644,02	-85,21%	51,51%
Variações Monetárias e Cambiais	7.480.039,88	30.147.467,20	-75,19%	48,49%
Total	15.426.223,33	83.870.111,22	-81,61%	100,00%

Fonte: Siafi

A expressiva diminuição percebida em VPDs financeiras no exercício de 2023, em relação a 2022, é resultante da baixa de passivos contingentes, em virtude de impossibilidade de pagamento dos valores relativos à VPNI – Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificada, devidas a servidores, conforme Acórdão RE 638115 ED.

Nota 19 – Transferências e Delegações Concedidas

Transferências e Delegações Concedidas	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Transferências Intragovernamentais	72.378.495,80	64.250.818,73	12,65%	98,93%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	782.219,50	21.885.726,12	-96,43%	1,07%
Total	73.160.715,30	86.136.544,85	-15,06%	100,00%

Fonte: Siafi

Na conta transferências intragovernamentais estão registrados os recolhimentos das arrecadações, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, dos recursos destinados aos cofres públicos da União geridos pela Secretaria do Tesouro Nacional, compostos essencialmente de receitas provenientes de custas judiciais e emolumentos praticados nos processos judiciais trabalhistas, entre outros, e as restituições de receitas realizadas no exercício por recolhimentos indevidos relativos as custas judiciais e emolumentos. Por não se tratarem de receitas próprias desta UPC os recursos da arrecadação são transferidos para a União, de forma que a conta de VPD 35122.03.00 (Movimento de saldos patrimoniais) anula o impacto no resultado da contabilização da VPA na conta 41.221.01.00 (Taxa pela prestação de serviços).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

A variação negativa observada em Outras Transferências e Delegações Concedidas em 2023, em relação ao exercício anterior, justifica-se pela transferência do imóvel de RIP 7535003885006 para a SPU - Secretaria de Patrimônio da União ter ocorrido em 2022, situação que ocasionou um grande montante registrado na referida conta.

O imóvel está situado na Avenida Vicente Machado, 362 - Curitiba/PR, e encontra-se interligado com o imóvel registrado sob RIP 7535008915000 localizado na Avenida Vicente Machado, 400 – Curitiba/PR. Por esse motivo, este tribunal solicitou à SPU a unificação dos registros. Para tanto, o RIP 7535003885006 foi transferido para a SPU, para que a unificação seja por lá registrada.

Nota 20 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Reavaliação, Redução Vlr Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-	-	-
Perdas Involuntárias	10.557,56	1.524,79	592,39%	0,03%
Incorporação de Passivos	32.199.895,77	6.319.289,63	409,55%	94,34%
Desincorporação de Ativos	1.920.763,32	1.542.759,41	24,50%	5,63%
Total	34.131.216,65	7.863.573,83	334,04%	100,00%

Fonte: Siafi

A expressiva variação registrada em variações patrimoniais diminutivas com a desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos, é decorrente de aumento nos registros dos precatórios trabalhistas da Administração Direta, Indireta e Sentenças de Pequeno Valor.

Nota 21 – Tributárias

Tributárias	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.684,30	16.787,75	23,21%	1,52%
Contribuições	1.340.451,70	850.489,61	57,61%	98,48%
Total	1.361.136,00	867.277,36	56,94%	100,00%

Fonte: Siafi

O expressivo aumento registrado em 2023 a título de variação patrimonial diminutiva com contribuições sociais provém do aumento na realização de perícias assistidas pela justiça gratuita, fator que acarretou maior recolhimento dos encargos patronais incidentes sobre a prestação do referido serviço.

O art. 790-B da CLT impôs a responsabilidade pelo pagamento de honorários periciais à parte sucumbente, ainda que beneficiária da justiça gratuita, porém a 1ª turma do TST – Tribunal Superior do Trabalho reafirmou a posição do STF – Supremo Tribunal Federal (ADI 5766), mediante a qual cabe à União o pagamento dos honorários periciais quando o reclamante for beneficiário da justiça gratuita.

Nota 22 - Resultado patrimonial do período

As variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD) compõem o Demonstrativo das Variações Patrimoniais, e a apuração do resultado decorrente da confrontação entre elas foi transferida para a conta de resultado do exercício, no Patrimônio Líquido, conforme registrado no Balanço Patrimonial, bem como na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Em 2023, o resultado foi superavitário em R\$ 22.655.016,35.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Resultado Patrimonial do Período	Dez/2023	Dez/2022
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.395.208.873,29	1.279.595.857,58
Variações Patrimoniais Diminutivas	-1.372.553.856,94	-1.334.801.567,63
Total	22.655.016,35	-55.205.710,05

Fonte: Siafi

O principal fator que contribuiu para o resultado superavitário apurado em 2023, em contrapartida ao resultado deficitário registrado em 2022, foi a majoração das variações patrimoniais aumentativas em escala maior que a majoração das variações patrimoniais diminutivas. Houve significativo aumento em transferências recebidas, arrecadação de taxas a título de custas e emolumentos e exploração de bens, direitos e prestação de serviços.

Nota 23 – Receitas Orçamentárias

A Justiça do Trabalho não é um órgão de natureza arrecadadora, depende essencialmente do financiamento do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para a execução de suas atividades. Por esse motivo as receitas correntes advindas de transferências correntes e arrecadação de taxas, e as patrimoniais, da exploração do patrimônio imobiliário e cessão de direitos são registradas no Balanço Geral da União.

A arrecadação das receitas de convênios é centralizada na setorial da Justiça do Trabalho, e são originadas dos contratos de prestação de serviços bancários firmados junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, por meio dos quais as instituições bancárias repassam mensalmente ao CSJT um percentual aplicado sobre os saldos médios dos depósitos judiciais trabalhistas, precatórios e requisições de pequeno valor, lá mantidos até o seu regular levantamento pelos titulares das contas.

Pelo fato de as receitas arrecadadas por este órgão trabalhistas estarem registradas no Balanço Geral da União, o resultado orçamentário será sempre deficitário, correspondente ao total da despesa empenhada no período.

Nota 24 – Despesas Orçamentárias

Nesta unidade orçamentária os valores mais expressivos estão registrados no grupo de despesa com Pessoal e Encargos Sociais, representando 85,56% do total da despesa empenhada.

Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas	AV
Despesas Correntes	1.293.218.591,76	98,26%
Pessoal e Encargos Sociais	1.126.047.565,51	85,56%
Outras Despesas Correntes	167.171.026,25	12,70%
Despesas de Capital	22.877.848,06	1,74%
Investimentos	22.877.848,06	1,74%
Total	1.316.096.439,82	100,00%

Fonte: Siafi

Do total de R\$ 1.316.096.439,82 empenhados, foram liquidados R\$ 1.305.359.980,91, correspondente a 99,18% do total empenhado. O saldo restante, no montante de R\$ 10.736.458,91, foi inscrito em restos a pagar não processados, conforme demonstrado abaixo:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas (A)	Despesas Liquidadas (B)	% (B/A)	Despesas Inscritas em RPNP
Despesas Correntes	1.293.218.591,76	1.287.968.810,07	99,59%	5.249.781,69
Pessoal e Encargos Sociais	1.126.047.565,51	1.123.197.565,51	99,75%	2.850.000,00
Outras Despesas Correntes	167.171.026,25	164.771.244,56	98,56%	2.399.781,69
Despesas de Capital	22.877.848,06	17.391.170,84	76,02%	5.486.677,22
Investimentos	22.877.848,06	17.391.170,84	76,02%	5.486.677,22
Total	1.316.096.439,82	1.305.359.980,91	99,18%	10.736.458,91

Fonte: Siafi

Despesas Correntes - Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos sociais com maior representatividade foram aquelas decorrentes de vencimentos e vantagens fixas devidas a magistrados e servidores ativos, na ordem de 60,14% do total. Com respeito à despesa com maior variação verificada em 2023, em relação a 2022, observa-se que foram as despesas com sentenças judiciais, conforme verificado abaixo:

Despesas Liquidadas	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Aposentadorias, reserva remunerada e reformas	235.681.184,00	215.179.407,30	9,53%	20,98%
Pensões	34.316.897,71	33.285.552,42	3,10%	3,06%
Contribuições a entidade fechada previdenciária	9.188.217,11	5.677.135,87	61,85%	0,82%
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	675.525.073,71	621.241.946,53	8,74%	60,14%
Obrigações patronais	106.017.385,05	118.008.442,23	-10,16%	9,44%
Outras despesas variáveis – pessoal civil	7.240.516,08	9.799.068,82	-26,11%	0,64%
Sentenças judiciais	31.952.761,21	6.340.542,55	403,94%	2,84%
Despesas de exercícios anteriores	18.870.412,46	34.699.613,62	-45,62%	1,68%
Indenizações e restituições trabalhistas	4.405.118,18	2.683.090,61	64,18%	0,39%
Total	1.123.197.565,51	1.046.914.799,95	7,29%	100,00%

Fonte: Siafi

A variação positiva verificada nas despesas com vencimentos e vantagens fixas, aposentadorias e pensões justifica-se pelo reajuste a magistrados e servidores do Poder Judiciário, amparado pelas Leis 14.520/2023 e 14.523/2023, respectivamente. Já a expressiva variação positiva observada em sentenças judiciais decorre do aumento nas despesas com precatórios trabalhistas da Administração Direta e Indireta.

Outras Despesas Correntes

Em 2023, as despesas correntes com maior representatividade foram as registradas em Outros Benefícios Assistenciais e Auxílio Alimentação, na ordem de 37,30% e 21,16% do total, conforme demonstrado abaixo:

Despesas Liquidadas	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	61.465.716,74	46.708.887,37	31,59%	37,30%
Diárias – pessoal civil	4.310.571,93	3.218.503,85	33,93%	2,62%
Material de consumo	2.230.503,12	1.500.335,20	48,67%	1,35%
Premiações culturais, artísticas e científicas	41.665,00	3.972,00	948,97%	0,03%
Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	-	98.042,00	-100,00%	-
Passagens e despesas com locomoção	965.799,07	751.008,22	28,60%	0,59%



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Serviços de consultoria	-	963.146,07	-100,00%	-
Outros serviços de terceiros - pessoa física	9.763.230,03	5.486.590,25	77,95%	5,93%
Locação de mão-de-obra	17.400.085,25	14.889.776,71	16,86%	10,56%
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14.113.958,96	16.936.368,84	-16,66%	8,57%
Serviços de tecnologia da informação e comunicação	11.516.805,16	11.658.341,20	-1,21%	6,99%
Auxílio alimentação	34.859.171,24	26.492.619,28	31,58%	21,16%
Obrigações tributárias e contributivas	1.391.852,53	889.130,51	56,54%	0,84%
Auxílio transporte	607.447,71	279.495,13	117,34%	0,37%
Sentenças judiciais	178.681,00	-	100,00%	0,11%
Despesas de exercícios anteriores	1.514.519,39	6.208.970,32	-75,61%	0,92%
Indenizações e restituições	4.411.237,43	3.217.138,90	37,12%	2,68%
Total	164.771.244,56	139.302.325,85	18,18%	100,00%

Fonte: Siafi

Os fatores que acarretaram expressivo aumento observado em Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais e Auxílio Alimentação foram as nomeações de cargos previstos no anexo V da LOA 2023 e autorizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG 16/2023, que destinou a este tribunal regional 68 cargos de analista e 51 de técnicos judiciários. Além disso, houve majoração dos benefícios Auxílio Alimentação e Assistência Pré-Escolar, prevista no Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI 32/2023.

Despesas de Capital - Investimentos

Já as despesas de capital encontram-se distribuídas da seguinte maneira:

Despesas Liquidadas	Dez/2023	Dez/2022	AH	AV
Diárias	8.380,44	-	100,00%	0,05%
Passagens e despesas com locomoção	14.424,07	-	100,00%	0,08%
Serviços de tecnologia da informação e comunicação	131.361,54	763.338,397	-82,79%	0,76%
Obras e instalações	286.339,33	285.574,13	0,27%	1,65%
Equipamentos e material permanente	16.950.665,46	9.905.503,88	71,12%	97,47%
Total	17.391.170,84	10.954.416,398	58,76%	100,00%

Fonte: Siafi

As despesas de capital com maior representatividade e expressiva variação, foram aquelas decorrentes de aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

Em 2023, foram investidos R\$ 9.861.934,00 em recursos com aquisições de material permanente de TIC, sendo eles 2.600 monitores, 190 microcomputadores desktop, 171 notebooks, nobreaks trifásicos e impressoras a laser. Além disso, foram investidos recursos com a instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica em diversas unidades trabalhistas, substituição de aparelhos condicionadores de ar antigos que não possuem tecnologia inverter, visando a economia de energia elétrica em diversas unidades, substituição de mobiliário antigo e renovação da frota de veículos oficiais.

Nota 25 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Consideram-se restos a pagar processados aqueles cujo empenho foi entregue ao credor e a despesa foi liquidada após o fornecimento do material ou a prestação do serviço contratado, restando apenas a entrega de recursos



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

financeiros por meio do pagamento. Já nos restos a pagar não processados, houve a entrega do empenho ao credor, porém não houve a efetiva entrega do material ou a prestação do serviço, impossibilitando a liquidação da despesa.

Execução de Restos a Pagar Não Processados

No final do exercício de 2022, foram inscritos em restos a pagar não processados R\$ 11.728.625,89, distribuídos entre despesas correntes e de capital. Desse montante, foram cancelados R\$ 1.741.375,92, liquidados R\$ 9.931.813,61 e pagos R\$ 6.402.646,42, restando saldo de R\$ 55.436,36, correspondente a valores liquidados a pagar, conforme demonstrado abaixo:

Despesas Orçamentárias	Saldo em 01/01/2023	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2023
Despesas Correntes	8.528.566,90	6.733.843,63	6.733.843,63	1.739.286,91	55.436,36
Pessoal e Encargos Sociais	5.122.990,59	4.116.253,53	4.116.253,53	1.006.737,06	-
Outras Despesas Correntes	3.405.576,31	2.617.590,10	2.617.590,10	732.549,85	55.436,36
Despesas de Capital	3.200.058,99	3.197.969,98	3.197.969,98	2.089,01	-
Investimentos	3.200.058,99	3.197.969,98	3.197.969,98	2.089,01	-
Total	11.728.625,89	9.931.813,61	9.931.813,61	1.741.375,92	55.436,36

Fonte: Tesouro Gerencial

Em termos percentuais, foram liquidados e pagos 84,68% do total empenhado e cancelados 14,84%. Dentre os restos a pagar não processados pagos, destacam-se os pagamentos relativos a despesas de exercícios anteriores, serviços de terceiros prestados por pessoa jurídica e outras despesas variáveis, conforme abaixo:

Restos a Pagar Não Processados Pagos por elemento	Valores pagos	AV
Aposentadoria, reserva remunerada e reformas	98.570,31	0,99%
Pensões	3.937,44	0,04%
Contribuição previdenciária a entidade fechada	15.000,00	0,15%
Outros benefícios assistenciais a servidor	63.005,82	0,63%
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	638.331,35	6,43%
Obrigações patronais	30.786,67	0,31%
Outras despesas variáveis – pessoal civil	1.152.846,40	11,61%
Material de consumo	420.119,56	4,23%
Passagens e despesas com locomoção	9.199,36	0,09%
Outros serviços de terceiros – pessoa física	93.486,42	0,94%
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.020.607,56	10,28%
Serviços de tecnologia da informação e comunicação	730.386,09	7,35%
Obrigações tributárias e contributivas	3.133,59	0,03%
Auxílio transporte	613,53	0,01%
Obras e instalações	1.200.593,37	12,09%
Equipamentos e material permanente	1.997.376,61	20,11%
Despesas de exercícios anteriores	2.253.321,72	22,69%
Indenizações e restituições	180.497,81	1,82%
Indenizações e restituições trabalhistas	20.000,00	0,20%
Total	9.931.813,61	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Observa-se que o maior montante de pagamentos de restos a pagar foi o de exercícios anteriores, representado essencialmente por passivos administrativos decorrentes de despesas com pessoal ativo relativas ao final do exercício de 2023 não implantadas em folha por motivo de rotina de procedimentos administrativos, bem como aquelas reconhecidas pela Administração em exercício posterior ao fato gerador, sendo elas progressão funcional, abono de permanência, substituições, adicionais de qualificação, adicional por tempo de serviço, entre outros. Além disso, foram pagos passivos resultantes do recálculo de Parcela Autônoma de Equivalência, instituído por meio da Resolução CSJT 343/2022, devida a inativos e pensionistas.

Com relação ao pagamento de equipamentos e material permanente com recursos inscritos em restos a pagar, estão computadas essencialmente as despesas decorrentes de aquisição e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica em diversas unidades judiciárias localizadas no interior do Estado do Paraná, iniciada em 2022 e concluída no exercício seguinte.

E por fim, foram pagas com recursos inscritos em restos a pagar despesas com a ampliação do Fórum Trabalhista de Colombo, obra iniciada em 15/08/2022 e finalizada em 11/09/2023.

Execução de Restos a Pagar Processados

No final do exercício de 2022, foram inscritos em restos a pagar processados R\$ 633.296,66 e reinscritos R\$ 82.066,14 de exercícios anteriores, distribuídos entre despesas correntes e de capital. Dos R\$ 715.362,80 de restos a pagar processados inscritos e reinscritos, foram pagos R\$ 633.236,70 e cancelados R\$ 69.034,88, no decorrer do exercício de 2023, restando saldo de R\$ 13.091,22, reinscrito como restos a pagar processados de exercício anteriores a serem executados em 2024, conforme demonstrado abaixo:

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2022	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2023
Despesas Correntes	3.435,96	631.852,17	631.792,21	110,00	3.385,92
Pessoal e encargos sociais	-	34.482,53	34.482,53		-
Outras despesas correntes	3.435,96	597.369,64	597.309,68	110,00	3.385,92
Despesas de Capital	78.630,18	1.444,49	1.444,49	68.924,88	9.705,30
Investimentos	78.630,18	1.444,49	1.444,49	68.924,88	9.705,30
Total	82.066,14	633.296,66	633.236,70	69.034,88	13.091,22

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos restos a pagar processados inscritos e reinscritos pagos no decorrer de 2023, destacam-se os pagamentos decorrentes de locação de mão-de-obra e obrigações tributárias e contributivas, conforme demonstrado abaixo:

Restos a Pagar Processados Pagos por elemento	Valores pagos	AV
Vencimentos e vantagens fixas	8.802,36	1,39%
Obrigações patronais	25.680,17	4,06%
Material de consumo	2.486,75	0,39%
Outros serviços de terceiros – pessoa física	63.752,24	10,07%
Locação de mão-de-obra	230.538,52	36,41%
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	70.506,69	11,13%
Serviços de tecnologia da informação e comunicação	13.116,65	2,07%
Obrigações tributárias e contributivas	216.090,09	34,12%
Equipamentos e material permanente	1.444,49	0,23%



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Despesas de exercícios anteriores	818,74	0,13%
Total	633.236,70	100,00%

Fonte: Siafi

Os pagamentos realizados com empenhos inscritos em restos a pagar processados a título de locação de mão-de-obra e obrigações tributárias e contributivas referem-se, respectivamente, a serviços terceirizados de segurança, vigilância, limpeza e conservação e honorários periciais custeados pela União decorrentes de beneficiários da Justiça Gratuita.

Nota 24 – Geração líquida de caixa

Geração Líquida de Caixa	Dez/2023	Dez/2022
Atividades Operacionais	53.419.437,97	19.248.672,20
Atividades de Investimentos	-20.590.585,31	-11.748.172,58
Total	32.828.852,66	7.500.499,62

Fonte: Demonstrações dos Fluxos de Caixa

O resultado obtido na geração líquida de caixa e equivalentes, apurado por meio do fluxo de caixa líquido (ingressos - desembolsos), está registrado nas Demonstrações do Fluxo de Caixa e corresponde também ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Em 2022, o saldo para o exercício seguinte registrado no Balanço Financeiro em Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 38.420.350,70. Com a geração líquida de caixa apurada em 2023 demonstrada nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, na ordem de R\$ 32.828.852,66, o saldo final passou a ser de R\$ 71.249.203,36, registrados no Balanço Financeiro em Caixa e Equivalentes de Caixa para o exercício seguinte.

O superávit apurado em 2023, em relação ao percebido em 2022, decorreu do aumento nos ingressos operacionais registrados em transferências financeiras recebidas relacionadas às atividades operacionais.